

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas através da Secretaria Geral torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de um cargo de Professor Titular, nível MS-6 em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item II, na área de Economia Agrícola na disciplina CE 651 Economia Agrícola, do Departamento de Política e História Econômica, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

### INSTRUÇÕES

#### I – DAS INSCRIÇÕES

**1.** As inscrições serão recebidas, mediante protocolo na Secretaria Geral da Universidade Estadual de Campinas – sala 14, situada na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo, no horário das 09 às 12 horas e das 14 às 17 horas, todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 90 dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE.

**1.1.** Poderão se inscrever:

- a)** Professores Associados que exerçam esta função há pelo menos cinco anos, nos níveis MS-5.1, MS-5.2 ou MS-5.3;
- b)** Docentes portadores há cinco anos, no mínimo, do título de livre-docente, obtido por concurso de títulos em instituição oficial e devidamente reconhecido pela UNICAMP;
- c)** Especialistas de reconhecido valor e com atividade científica comprovada, excepcionalmente e pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, em exercício.
- d)** Docentes integrantes da Parte Suplementar do QD-UNICAMP que exerçam função MS-5 ou MS-6, na forma do § 3º do artigo 261 do Regimento Geral da UNICAMP.

**1.2.** A inscrição será efetuada mediante requerimento dirigido ao Reitor da Universidade Estadual de Campinas, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

- a)** prova de ser portador do título de livre docente, ressalvadas as hipóteses previstas no subitem **1.1., “c” e “d”** deste edital;
- b)** cédula de identidade, em cópia autenticada;
- c)** sete (7) exemplares de memorial impresso, contendo tudo que se relacione com a formação didática, administrativa e profissional do candidato, principalmente suas atividades relacionadas com a área em concurso, a saber:
  - c.1.** descrição minuciosa de seus estudos de graduação e pós-graduação, com indicação das épocas e locais em que foram realizados e relação das notas obtidas;
  - c.2.** indicação pormenorizada de sua formação científica e profissional, com especificação dos locais em que exerceu sua profissão, em que sequência cronológica até a data da inscrição ao concurso;
  - c.3.** relatório de toda a sua atividade científica, técnica, cultural e didática, relacionada com a área em concurso, principalmente a desenvolvida na criação, organização, orientação e desenvolvimento de núcleo de ensino e de pesquisa;
  - c.4.** relação dos trabalhos publicados, de preferência com os respectivos resumos;
  - c.5.** relação nominal de títulos universitários relacionados com a área em concurso, bem como dos diplomas ou outras dignidades universitárias e acadêmicas.
- d)** um (1) exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial.

**1.3.** Todas as informações serão obrigatoriamente documentadas por certidões originais ou por cópias autenticadas ou por outros documentos, a juízo da CEPE.

**1.4.** O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

**1.5.** Recebidas as solicitações de inscrição e satisfeitas às condições deste edital, podendo, a título excepcional, ser concedido o prazo máximo de dez (10) dias para a complementação da documentação, a Secretaria Geral encaminhará os pedidos com toda a documentação ao Instituto de Economia.

**1.5.1.** Os pedidos relativos ao disposto no subitem 1.1., “a”, “b” e “d”, deste edital, juntamente com a respectiva documentação deverão ser submetidos pelo Diretor do Instituto de Economia, ao Departamento ou a outra instância competente definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a área em concurso, para emissão de pareceres conclusivos sobre o assunto, observando-se o disposto na Deliberação CONSU-A-23/92.

**1.5.1.1.** Aprovadas as inscrições pela Congregação do Instituto de Economia, as solicitações serão encaminhadas ao Reitor, que as submeterá à CEPE, acompanhadas dos Pareceres conclusivos a que se refere o subitem 1.5.1 deste edital, ressalvado o previsto no **subitem 1.1., “c”**, deste edital;

**1.5.2.** A CEPE, para bem deliberar sobre o pedido feito com base no **subitem 1.1. "c"** deste edital, designará uma Comissão composta de cinco (05) especialistas na área em concurso, para emitir parecer individual e circunstanciado sobre os méritos do candidato.

**1.5.2.1.** A Comissão será constituída por professores efetivos da Universidade Estadual de Campinas, completando-se, se necessário, o seu número, com profissionais de igual categoria de outros estabelecimentos de ensino superior no país.

**1.5.3.** A inscrição ao concurso público para o cargo de Professor Titular considerar-se-á efetivada se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes à Sessão da CEPE, ressalvado o previsto no **subitem 1.1. "c"** deste edital, que deverá ser aprovada mediante o voto de 2/3 dos membros da CEPE em exercício.

**1.5.4.** Os candidatos inscritos serão notificados por edital publicado no DOE com antecedência mínima de trinta (30) dias do início das provas, da composição definitiva da Comissão Julgadora e de seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas.

**1.5.4.1.** Caso haja solicitação por escrito de todos os candidatos inscritos e desde que não haja, a juízo da Universidade, qualquer inconveniente, a data de realização das provas de que trata o subitem **1.5.4.** deste edital, poderá ser antecipada por até 07 (sete) dias ou postergada por até trinta (30) dias.

## **II – DO REGIME DE TRABALHO**

**2.** Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

**2.1.** Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

**2.2.** O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio [http://www.pg.unicamp.br/mostra\\_norma.php?consolidada=S&id\\_norma=2684](http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684).

**2.3.** O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

**2.4.** A remuneração inicial para o cargo de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP – R\$ 2.366,71
- b) RTC – R\$ 6.007,68
- c) RDIDP – R\$ 13.653,62

## **III – DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO**

**3.** A Comissão Julgadora será constituída de 05 membros eleitos pela CEPE, possuidores de aprofundados conhecimentos sobre a área em concurso ou área afim, dois (2) dos quais serão pertencentes ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre seus docentes possuidores do título de Professor Titular e o restante entre professores de igual categoria de outras instituições oficiais de ensino superior ou entre profissionais especializados de instituições científicas, técnicas ou artísticas, do país ou do exterior.

**3.1.** Os trabalhos serão presididos pelo Professor Titular da Universidade mais antigo no cargo, dentre aqueles indicados para constituírem a respectiva Comissão Julgadora.

## **IV – DAS PROVAS**

**4.** O presente concurso constará das seguintes provas:

- I** – prova de títulos;
- II** – prova didática;
- III** – prova de arguição.

**4.1.** A prova de títulos consistirá na apreciação pela Comissão Julgadora, do memorial elaborado pelo candidato, a qual a Comissão deverá emitir parecer circunstanciado.

**4.1.1.** O julgamento dos títulos e trabalhos será feito separadamente.

**4.1.2.** No julgamento dos títulos, será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

- a)** atividades envolvidas na criação, organização, orientação, desenvolvimento de núcleos de ensino e pesquisa, e atividades científicas, técnicas e culturais relacionadas com a matéria em concurso;
- b)** títulos universitários;
- c)** atividades didáticas e administrativas;
- d)** diplomas e outras dignidades universitárias e acadêmicas.

**4.1.3.** No julgamento dos trabalhos, serão considerados os trabalhos publicados.

**4.1.4.** Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 horas para emitir o julgamento da prova de títulos, a partir do horário marcado para o início da prova.

**4.2.** A prova didática constará de exposição sobre o tema de livre escolha do candidato, pertinente aos programas das disciplinas integrantes da área em concurso.

**4.2.1.** A prova didática deverá ser realizada de acordo com o programa publicado neste edital. Compete à Comissão Julgadora decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

**4.2.2.** A prova didática terá duração de cinquenta (50) a sessenta (60) minutos, e nela o candidato deverá mostrar erudição e desenvolver o assunto escolhido, em alto nível, facultando-lhe, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, tabelas, gráficos ou outros dispositivos a serem utilizados na exposição.

**4.3.** A prova de arguição destina-se à avaliação geral da qualificação científica, literária ou artística do candidato.

**4.3.1.** Será objeto de arguição, as atividades desenvolvidas pelo candidato constante do memorial por ele elaborado.

**4.3.2.** Na prova de arguição, cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até trinta (30) minutos para arguir o candidato, que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

**4.3.3.** Havendo acordo mútuo, a arguição, poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de uma (1) hora para cada arguição.

## **V – DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS**

**5.** O julgamento dos títulos e trabalhos será feito separadamente, sendo que cada examinador atribuirá nota de zero (0) a dez (10) a cada uma das partes, cuja média será a nota da prova de títulos.

**5.1.** As notas atribuídas à prova de títulos terão peso dois (2).

**5.2.** Para as provas didáticas e de arguição, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), ao final de cada uma delas.

**5.2.1.** Para efeito de julgamento final as provas didáticas e de arguição, possuem pesos um (1) e 2 (dois), respectivamente.

**5.3.** As notas de cada prova serão atribuídas, individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

**5.3.1.** A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

**5.3.2.** Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das médias apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s). O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinente.

**5.3.3.** As médias serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

**5.4.** A Comissão Julgadora, terminadas as provas, divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado, em sessão reservada sobre o resultado do concurso, justificando a indicação feita do qual deverá constar tabelas e/ou textos contendo as notas, médias e a classificação dos candidatos.

**5.4.1.** Poderão ser acrescentados ao relatório da Comissão Julgadora, relatórios individuais de seus membros.

**5.5.** O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

**5.6.** Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

**5.6.1.** Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

**5.6.2.** Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será adotado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subseqüentemente até a classificação do último candidato aprovado.

**5.6.3.** O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá o voto de desempate, se couber.

**5.7.** As sessões de que tratam os subitens **5.3, 5.4 e 5.5** deste edital serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

**5.8.** O parecer final da Comissão Julgadora do Concurso será submetido à homologação da CEPE.

**5.8.1.** Sendo unânime o parecer final ou contendo quatro (4) assinaturas concordantes, o mesmo só poderá ser rejeitado pela CEPE, mediante o voto de dois terços (2/3), no mínimo, do total de seus membros.

**5.8.2.** Se o parecer contiver somente três (3) assinaturas concordantes, poderá ser rejeitado por maioria absoluta do total dos membros da CEPE.

**5.9.** A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado com as respectivas classificações

## **VI. DA ELIMINAÇÃO**

**6.** Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

## **VII. DO RECURSO**

**7.** O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação no Diário Oficial da homologação do parecer final da Comissão Julgadora pela CEPE.

**7.1.** O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

**7.2.** Não será aceito recurso via postal, via *fac-símile* ou correio eletrônico.

**7.3.** Recursos extemporâneos não serão recebidos.

**7.4.** O resultado do recurso será divulgado no sítio da Secretaria Geral da UNICAMP ([www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br))

## **VIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**8.1.** A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

**8.2.** As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no sítio [www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

**8.3.** Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

**8.4.** O prazo de validade do concurso será de um ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

**8.4.1.** Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

**8.5.** A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

**8.6.** O presente concurso obedecerá às disposições contidas nas Deliberações CONSU-A-02/03 alterada pelas Deliberações CONSU-A-23/03, 20/05, 02/11 e Deliberação CONSU-A-23/92 e, Deliberação CONSU-A-12/2008 que estabelece o perfil de Professor Titular Instituto de Economia.

**8.7.** Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

## **IX- PROGRAMA**

1.Introdução: especificidades e papéis da agropecuária no desenvolvimento econômico

- a) RAMOS, P (2007) Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In RAMOS, P. (org) et alii Dimensões do Agronegócio Brasileiro. Brasília MDA (NEAD – Estudos 15)
- b) CASTRO, A C & GUTMAN, G. E. (2002) Análisis de Subsistemas Agroalimentários - Manual de Capacitación – FAO /ONU – Doc. De Trabajo de TCAs No. 46, Capítulo 1 (mimeo)
- c) WORLD DEVELOPMENT REPORT. (2008). Agriculture for Development. Washington. DC.. Acesso no internet 20/12/2013: [www.worldbank.org/WDR2008](http://www.worldbank.org/WDR2008) .

2.Industrialização da agricultura e formação dos CAIs: Aspectos históricos e teóricos

- a) KAGEYAMA, A. et alii. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos CAIs. In: Delgado, G. et alii (org.) (1990) Agricultura e políticas públicas. IPEA. 127.. p. 113-223.
- b) DELGADO, G. (1985) Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. Ícone. 1985 (Cap. 4 e 5).
- c) BELIK. et alii (2007) Instituições, Ambiente Institucional e Políticas Agrícolas. In: RAMOS,P. (org) et alii Dimensões do Agronegócio Brasileiro. Brasília MDA (NEAD – Estudos 15)

3.Agricultura e agroindústria no Brasil: situação e perspectivas

3.1. Um panorama internacional da transformação da agricultura em agronegócio: por que o Brasil aproveitou o processo de forma virtuosa?

- a) FAO - The State of Food and Agriculture; - 2000, PART II. 1a ed., 329p.
- b) GASQUES, J.G. et al. (2010) A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA. 298 p. – cap 1,3
- c) WORLD DEVELOPMENT REPORT. (2008). Agriculture for Development. Washington. DC.. Acesso no internet 20/12/2013: [www.worldbank.org/WDR2008](http://www.worldbank.org/WDR2008) .

3.2. O Agronegócio na Atualidade: análise da competitividade das cadeias agroindustriais brasileiras

- a) BRANDÃO, A. P.; REZENDE, G. C.C. de; MARQUES, R. W. da C. Crescimento agrícola no Brasil no período 1999-2004: explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente. Rio de Janeiro: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005, 24p. (Texto para Discussão IPEA, nº 1103).
- b)GASQUES, J.G. et al. (2010) A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA. 298 p. cap 1, 3 e 4

4.Temas em agricultura e agroindústria

4.1.Emprego e Renda Rural

- a)GRAZIANO DA SILVA, J. (1996) Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas: Ed. Unicamp cap. 6 (A Industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira).

b)BUAINAIN, A. M & DEDECCA, C. S. (2010) Mudanças e Reiteração da Heterogeneidade do Mercado de Trabalho Agrícola In: GASQUES, J. G. et al. (orgs.) A Agricultura Brasileira : desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA pp.123-156.

c)BUAINAIN, A. M & DEDECCA, C. S. (2009) Emprego e trabalho na agricultura brasileira: uma análise regional. Brasília. IICA. Serie Desenvolvimento Rural Sustentável vol 9. Mudanças e Reiteração da Heterogeneidade do Mercado de Trabalho Agrícola.

#### 4.2.Políticas para a Agricultura Familiar

a)GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>.

b)NAVARRO, Z. (2010) Agricultura familiar no Brasil: Entre a Política e as Transformações Técnicas In: GASQUES, J. G. et al. (2010) A Agricultura Brasileira : Desempenho, desafios, Perspectivas. Brasília: IPEA/MAPA

c)MDA / INCRA (2000) Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. Brasília

#### 4.3. Segurança Alimentar e Combate à Pobreza Rural

a)TAKAGI, M.; Graziano da Silva, J. e Del Grossi, M. (2001) Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil. Campinas: Instituto de Economia (Texto para Discussão 101)

b)MONTEIRO, C. A (2003) Fome Desigualdade e pobreza: Além da Semântica. Rev. Saúde e Sociedade. São Paulo. V. 12 n. 1 p. 7-11 jan - jun 2003

### 5.PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E MERCADOS DE TERRAS NO BRASIL

#### 5.1.Desenvolvimento rural e a propriedade da terra

a)MOORE, B. (1966) Social Origins of Dictatorship and Democracy. Bacon Press. Boston. 559 p. cap VII, VIII e XIX

b) BRENNER, "Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe," and "The Agrarian Roots of European Capitalism," in The Brenner Debate, Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe, ed. T. H. Aston and C. H. E. Philpin (Cambridge: Cambridge University Press, 1987).

#### 5.2.Formação da propriedade da terra no Brasil e a Lei de Terras de 1850.

a) COSTA, E.V.(1987). Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: Da Monarquia à República: momentos decisivos. Editora Brasiliense. São Paulo.

b) POLANYI, K. (1980) A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época. Ed. Campus, Rio de Janeiro. cap 6 e 15.

c) SILVA, L.O. (1996) Terras Devolutas e Latifúndio Ed. UNICAMP. cap. VI a conclusões.

d) DEAN, WARREN – "Latifúndia and land policy in nineteenth century Brazil". Hispanic American Historical Review, v.51, nº4, 1971.

#### 5.3. Estrutura e evolução da propriedade da terra no Brasil

a) HOFFMANN, R (2007) Distribuição de Renda e da posse da terra no Brasil. In: RAMOS,P. (org) et alii Dimensões do Agronegócio Brasileiro.Brasília MDA (NEAD – Estudos 15)

b) HOFFMANN, R e Ney, M.G. (2010) Evolução Recente da Estrutura Fundiária e propriedade rural do Brasil. In: GASQUES, J. G. et al. (orgs.) A Agricultura Brasileira : desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA pp.45- 67.

#### 5.4.A Interpretação da Questão Agrária e os Mercados de Terras no Brasil

a) GRAZIANO DA SILVA, J (1980) O Que é a Questão Agrária Ed. Brasiliense. São Paulo.

b) KAGEYAMA, A (1993) A Questão Agrária Brasileira: interpretações clássicas. Revista Reforma Agrária. Campinas 13(3). set-dez 1993. (\*)

#### 5.5. Formação do preço da terra agrícola

- a) ORTEGA, C.V. (1986) Una revision de los modelos sobre el mercado y los precios de la tierra en la literatura economica. In: Agricultura e Sociedad n. 41. Ministerio de la Agricultura. Madrid. p. 209-254 (\*)
- b) SAYAD, J. (1982) Especulação em terras Rurais: Efeitos sobre a produção Agrícola e o novo ITR. Em Rev. Pesquisa e Planejamento Econômico. 12(1) R.J.
- c) HUBACEK et al. (2006) Changing concepts of land in economic theory - from a single to a multidisciplinary approach. In Ecological Economics. (56-1) Pg.5-27
- d) GAFFNEY (2009) The role of Land Markets in Economic Crises. American Journal of Economics and Sociology. Volume 68, Issue 4, pages 855-888, October 2009.

#### 5.6. Políticas Gerais de Intervenção nos Mercado de terras

- a) DEININGER, K. Land Policies for Growth and Poverty Reduction. A World Bank Policy Research Report, Washington. 2003.
- b) DEININGER, K; FEDER, G (2009) Land Registration, Governance, and Development: Evidence and Implications for Policy. In: Oxford University Press on behalf of the International Bank for Reconstruction and Development / THE WORLD BANK. Washington. DC. [https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/4430/wbro\\_24\\_2\\_233.pdf?sequence=1](https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/4430/wbro_24_2_233.pdf?sequence=1)

#### 5.7. Cadastro, Titulação Tributação e Ampliação da Governança fundiária.

- a) DEININGER, K. Land Policies for Growth and Poverty Reduction. A World Bank Policy Research Report, Washington. 2003.
- b) UN-ECE. Land Administration Guidelines, Geneva. (1996)
- c) COTULA, L. (2011) The outlook on farmland acquisitions (Policy Brief march 2011). Rome: International Institute for Environment and Development (IIED) / CIRAD / International land Coalition
- d) OLIVEIRA, T. A. (2010) A descentralização do ITR. Dissertação de mestrado. IE.UNICAMP. Campinas

Campinas, 06 de maio de 2014.